

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. Flávio Nogueira)

Requer a realização de Audiência Pública para análise dos benefícios fiscais concedidos desde 2003.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com o tema “análise dos benefícios fiscais concedidos desde 2003”, com a participação dos seguintes convidados:

- o Secretário Especial da **Receita Federal do Brasil**, Sr. José Barroso Tostes Neto;

- o Secretário do **Tesouro Nacional**, Sr. Mansueto Facundo de Almeida Jr.;

- o Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do **Ministério da Economia**, Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva;

- o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (**Comsefaz**), Sr. Rafael Tajra Fontelles;

- o Dirigente da Secretaria de Macroavaliação Governamental do **Tribunal de Contas da União**, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme dispõe o art. 32, inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta comissão permanente apreciar as matérias tributária e financeira. Soma-se aos debates sobre reforma tributária e pacto federativo, que permeiam os nossos cotidianos trabalhos nesta Comissão, outro assunto de crescente relevância: a concessão de benefícios fiscais no país nos últimos anos.

Recentemente o Governo manifestou intenção de enviar ao Congresso Nacional proposta de “revisão até 2022 de cerca de R\$ 100 bilhões concedidos por meio de subsídios (renúncias fiscais).¹ Se em 2003 os subsídios concedidos pelo governo se aproximavam de 2% do produto interno bruto (PIB), hoje correspondem a aproximadamente 4,1%, perfazendo um total de R\$ 314 bilhões. Esses números revelam que os benefícios fiscais mais que dobraram como proporção do PIB ao longo de quinze anos.

Além da publicação periódica do Orçamento de Subsídios da União pelo Ministério da Economia, o Tribunal de Contas da União lançou a publicação intitulada Fatos Fiscais, para conferir maior visibilidade à sociedade sobre a forma como o governo vem gerenciando e aplicando dos recursos públicos.

Esse esforço conjunto para monitorar e avaliar as políticas públicas, especialmente aquelas que acarretem renúncia de receita ou aumento de despesa, ganham relevo no contexto de grave crise fiscal por que passa o país.

Apresentamos, então, requerimento para a realização de Audiência Pública, com o objetivo de tratar da análise dos benefícios fiscais desde 2003 e de promover o debate de assunto tão relevante e premente, de modo que possamos inclusive contribuir para o encaminhamento dos trabalhos

¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/10/reforma-tributaria-proposta-do-governo-vai-prever-revisao-de-r-100-bi-em-subsidios-diz-secretario.ghtml>

na comissão especial sobre assunto em funcionamento nesta Casa.

Sala da Comissão, em de outubro de 2019.

Deputado **FLÁVIO NOGUEIRA**